



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

## COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER RELATOR DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

MATÉRIA: Mensagem de Veto nº 07/2023

**Ementa do Veto:** VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 1.370 de 30 de novembro de 2022, que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas ou consultórios fornecerem extrato de todos os procedimentos realizados por paciente, no Estado de Rondônia e dá outras providências”.

### I. Do Relatório

Trata-se de veto parcial apostado ao projeto de lei nº 1.370 de 30 de novembro de 2022 que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas ou consultórios fornecerem extrato de todos os procedimentos realizados por paciente, no Estado de Rondônia e dá outras providências”, de autoria do Excelentíssimo Senhor: Ex, Deputado Alex Silva.

A proposição fora aprovada pela maioria presente, e seu autógrafo encaminhado ao Poder Executivo para posterior sanção, o qual foi convertido na Lei nº 5.513 de 21 de dezembro de 2022,<sup>1</sup> contudo, com veto parcial, no tocante aos artigos 2º e 4º da proposta.

Em justificativa o Poder Executivo se manifestou destacando:

Inicialmente, discorreu sobre a leitura do art. 2º do Autógrafo em apreciação, cabe desatacar que o mesmo estabelece procedimentos e cria atribuições a serem obedecidas pelo Poder Executivo, atribuições essas de competência privativa do chefe do Poder Executivo, organizar suas secretarias e serviços auxiliares veiculados, zelando pelo exercício da atividade correcional respectiva, assim, garantindo a organização e o funcionamento da Administração do Estado, conforme preconiza o artigo 39 da Carta Magna.

Assim sendo, o Poder Legislativo atribuiu indiretamente ao Poder Executivo o dever de fiscalização do descumprimento da lei por parte dos hospitais, clínicas, consultórios e farmácia, cuja competência é do Programa Estadual de Proteção e Defesa do Consumidor – PROCON-RO, vinculado à SESDEC, conforme artigo 97-A da Lei Complementar nº 965, de 20 de dezembro de 2017.

Outro ponto é quanto à fixação da multa, que deve ser proporcional à gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, conforme estabelece o art. 57 do CDC, sendo assim a definição de multa, por lógico não respeitaria as

<sup>1</sup> Publicada no DO-e-ALE nº 243, de 21 de dezembro de 2022



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

condições já estabelecidas. Desse modo, é possível notar ainda que o Projeto em análise esta desacompanhado da estimativa orçamentária e financeira, assim, contrariando o art. 113 da ADCT.

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação tem a competência bem definida no artigo 29<sup>2</sup> do Regimento Interno, dentre elas está à emissão de parecer de toda matéria distribuída, em relação aos aspectos constitucionais, legais, regimentais, de técnica legislativa e redacional.

Em continuidade ao processo legislativo, a proposição foi encaminhada a Comissão de Constituição e Justiça para análise das justificativas que formalizaram o veto parcial, e na reunião do dia 01 de março de 2023, me fora designado a sua relatoria, o que passo a fazê-lo.

Este é o relatório.

## II. Do Mérito

Tendo em vista o veto<sup>3</sup> parcial aposto aos artigos. 2º e 4º do Projeto de Lei nº 1.370/2022 de autoria do ex Deputado Alex Silva que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas ou consultórios fornecerem extrato de todos os procedimentos realizados por paciente, no Estado de Rondônia e dá outras providencias” vimos apresentar o presente parecer jurídico a fim de analisar a constitucionalidade e legalidade do veto parcial.

Pela leitura do artigo 2º, ao qual transcrevo abaixo, não resta qualquer dúvida de que em relação à fixação da multa, esta deveria ser proporcional à gravidade da infração, a vantagem auferida e a condição econômica do fornecedor, conforme estabelece o art. 57 do CDC, sendo assim a definição de multa, por logico não respeita as condições já estabelecidas.

**Art. 2º.** Serão aplicadas as seguintes sanções em caso de descumprimento desta lei, maneira progressiva:

**I** – advertência;

**II** – multa 10 (dez) UPF/RO; e

**III** – multa 20 (vinte) UPF/RO, em caso de reincidência.

<sup>2</sup> Art. 29. As competências das Comissões Permanentes são as definidas nos parágrafos deste artigo:

**I – analisar e emitir parecer quanto aos aspectos constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional das matérias que lhe forem distribuídas**, inclusive aquelas de competência privativa de outras comissões, concluindo por projeto quando cabível, não sendo permitida a emissão de pareceres e emendas sobre o mérito de projetos de natureza orçamentária, financeira e tributária.

<sup>3</sup> O veto é político, quando a matéria é considerada contrária ao interesse público; **jurídico**, se entendida como inconstitucional; ou por ambos os motivos – inconstitucionalidade e contrariedade ao interesse público. Quanto à abrangência, pode ser total ou parcial, sendo que neste último caso deve recair sobre texto integral de artigo, parágrafo, inciso ou alínea (art. 66, §1º e §2º, da CF).





Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.

**Em relação ao artigo 4<sup>o</sup>** é possível notar que o Projeto em análise esta desacompanhado da estimativa orçamentária e financeira, assim, contrariando o art. 113 da ADCT.

O veto quer seja total ou parcial, conforme previsto na Constituição Federal, só pode ocorrer em caso de inconstitucionalidade ou contrariedade ao interesse público. Portanto, para a análise da legalidade do veto, é necessário avaliar se o Projeto de Lei aprovado pela Assembleia Legislativa atendeu aos requisitos constitucionais e se o veto está em consonância com o interesse público.

### **III – Do Voto**

Com base na apreciação dos dispositivos constantes do projeto, considerando as justificativas apresentadas pelo Poder Executivo, e, após análise das questões constitucionais, legais, regimentais e de técnica legislativa e redacional **emito parecer pela Manutenção ao Veto parcial aposto aos artigos 2º e 4º da Lei 5.513, de 21 de dezembro de 2022, através da mensagem nº 247/2022.**

É o nosso parecer.

S.m.j

Plenário das Comissões, 02 de março de 2023.

Delegado Lucas Torres  
Deputado Estadual – PP

---

<sup>4</sup> Art. 4º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentária próprias, suplementadas se necessário.



Assembleia Legislativa do Estado de Rondônia.  
SECRETARIA LEGISLATIVA  
DIVISÃO DAS COMISSÕES  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE REDAÇÃO

PARECER Nº 037/23

A Comissão de Constituição e Justiça e de Redação em reunião plenária realizada hoje, aprovou por unanimidade o parecer do relator Deputado Delegado Lucas Torres, pela manutenção Veto Parcial nº 007/2023 de autoria do Poder Executivo/Mensagem 247-2022. Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 1370/2021 de autoria do Deputado Alex Silva que “Dispõe sobre a obrigatoriedade dos hospitais, clínicas ou consultórios fornecerem extrato de todos os procedimentos realizados por paciente, no Estado de Rondônia, e dá outras providências”.

Estiveram presente e votaram os Senhores Deputados: Ismael Crispin, Delegado Lucas, Delegado Camargo, Alan Queiroz e Dr<sup>a</sup> Taissa.

Plenário das Deliberações, 14 de Março de 2023.

Deputado Ismael Crispin  
Presidente/CCJR

Deputado Delegado Lucas Torres  
Relator